



EXERCENDO A CIDADANIA NO CHÃO DA ESCOLA: APRENDENDO A CONSERVAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR

EXERCISING CITIZENSHIP ON THE SCHOOL FLOOR: LEARNING TO
CONSERVE SCHOOL PUBLIC HERITAGE

Marilene Ferreira Lobo

RESUMO: Muito se fala sobre cidadania, mas quais ações as escolas estão desenvolvendo para esclarecer e demonstrar na prática para os alunos como tudo isso funciona? O tema escolhido para este trabalho reflete constantemente a problemática vivida em muitas escolas brasileiras, onde se fala muito sobre cidadania, porém, muitas vezes as ações desenvolvidas dentro da escola não vão de encontro com o fortalecimento da prática de ser cidadão. A experiência aqui apresentada foi vivenciada na EETI Bilingue Professor Djalma da Cunha Batista no ano de 2017 com o objetivo de preparar o educando para o exercício da cidadania, despertando nele através das ações desenvolvidas, a consciência de zelar o patrimônio público escolar, e assim contribuir na formação de uma sociedade mais justa e equilibrada, e conhecedora dos seus direitos e deveres. A metodologia utilizada no trabalho foi a qualitativa, atendendo os requisitos da pesquisa – ação participante. Os resultados obtidos, são considerados favoráveis uma vez que foi possível perceber algumas mudanças de hábito dos alunos dentro da escola.

Palavras-chave: Cidadania; Educação; Escola; Patrimônio Público.

ABSTRACT: A lot is said about citizenship, but what actions are schools developing to clarify and demonstrate in practice to students how all this works? The theme chosen for this work constantly reflects the problem experienced in many Brazilian schools, where there is a lot of talk about citizenship, but often the actions developed within the school do not meet with the strengthening of the practice of being a citizen. The experience presented here happened in the Bilingual School EETI Professor Djalma da Cunha Batista in 2017 with the objective of preparing the student for the exercise of citizenship, awakening in them through the actions developed, the awareness of ensuring the public property that the school is, and thus contributing to the formation of a more just and balanced society, where its members know their rights and duties. The methodology used in the work was qualitative, meeting the requirements of the research-action-participant. The results obtained are considered favorable since it was possible to perceive some changes in the students' habits within the school.

Keywords: Citizenship; Education; School; Public property.

INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário online de português, ser cidadão é, o indivíduo que, por ser membro de um Estado, tem seus direitos civis e políticos garantidos, tendo de respeitar os deveres que lhe são conferidos. Logo, exercer sua cidadania, é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, estando sujeito a deveres que lhe são impostos, como por exemplo: proteger o patrimônio público



e social do país, estado ou município.

Esse discurso torna-se vago, quando não colocamos em prática no nosso cotidiano e não ensinamos aos nossos jovens adolescentes que um simples ato no seu dia a dia é uma ação cidadã. Atendendo a esse requisito foi desenvolvido dentro da EETI Bilíngue Professor Djalma da Cunha Batista a pesquisa-ação de conservação do patrimônio público escolar.

A prática consistia em relacionar o conhecimento científico com uma prática de aprendizagem através de uma atividade proposta nas turmas finais do ensino fundamental II, onde esses alunos se comprometiam através de suas ações a conservar o patrimônio público escolar.

Os alunos precisavam compreender que ser cidadão não significava apenas participar efetivamente da vida em sociedade, exercer seus direitos e cumprir suas obrigações. A cidadania se aprende e se exercita no convívio do dia a dia, isto é, com a convivência e a participação.

A prática cidadã é uma tarefa infinita. Por isso podemos considerar que o trabalho desenvolvido foi apenas um pontapé inicial para despertar nos alunos o sentimento de cidadania vinculado a responsabilidade de conservação do patrimônio público da escola.

Cabe à escola, que é o lugar de formação dos sujeitos, através de ações desenvolvidas, evidenciar a cidadania. Por isso a atividade proposta tinha o intuito de apresentar para o educando o que é o patrimônio público escolar, como valorizá-lo e conservá-lo, assim como também estimular a conscientização e a participação desses sujeitos na vida escolar e social.

RELEVÂNCIA DO TRABALHO PARA A ESCOLA E PARA OS ALUNOS

O Ministério da Educação (MEC), através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresenta a cidadania como sendo um dos temas transversais a ser explorado na escola. Esses temas foram introduzidos no sistema público de ensino, para, de forma paralela, serem incorporados à matriz curricular de todas as disciplinas e assim auxiliar no desenvolvimento intelectual dos alunos (CÓRDULA, NASCIMENTO, 2018).

A Geografia, mais precisamente a geografia humana, tem o papel de promover na sociedade uma mudança comportamental, alicerçada em conhecimentos adquiridos ao longo do processo, assim como, também preparar o sujeito para a vida cotidiana, para que ele possa perceber, compreender, encarar, aceitar e praticar as mudanças oferecidas pela sociedade.

Na escola, os professores têm a missão de despertar a consciência dos discentes para a realidade do mundo. Apesar do papel do professor ter grande importância para o sucesso acadêmico dos alunos, nem todas as práticas pedagógicas têm o mesmo efeito na sua aprendizagem (LOPES; SILVA, 2009).

Na E.E.T.I. Bilíngue Professor Djalma da Cunha Batista é trabalhada a dualidade da língua portuguesa e japonesa, por isso os nossos alunos entram em contato com a cultura nipônica. O projeto de conservação do patrimônio público escolar vem de encontro à metodologia dos 5S, conhecida também como qualidade no estilo



japonês, uma doutrina bem trabalhada no Japão, após a Segunda Guerra Mundial que tinha como intuito ajudar o país a se refazer após o conflito.

Há várias formas de praticar a cidadania, um simples ato como jogar o lixo na lixeira, não riscar uma parede, não quebrar nem entortar uma carteira, dentre tantos outros, é um ato de cidadania e são essas pequenas mudanças que almejamos para nossos alunos, a fim de que futuramente eles possam contribuir com uma participação cidadã cada vez mais responsável.

Sendo assim a ação sobre cidadania, foi relevante para os alunos tomarem conhecimento dos seus direitos e deveres dentro e fora da escola, isso é de suma importância, pois cada um saberá o que pode fazer e o que esperar do outro, em contrapartida permite que cada um saiba os seus direitos e os seus deveres, evitando que se atrapalhem. Nesse sentido o resultado é mais produtivo (LOPES; SILVA, 2009).

METODOLOGIA

Tendo em vista a problemática de investigação, optou-se por um estudo qualitativo baseado na pesquisa-ação participante. Tendo como referência principal para este relato a obra *Metodologia da Pesquisa-ação*, de Michel Thiollent (1947). Segundo o autor, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, o qual os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

A experiência aqui relatada foi vivenciada na Escola Estadual de Tempo Integral Bilingue Professor Djalma da Cunha Batista no município de Manaus, no período de julho a dezembro de 2017, fazendo parte do Programa Ciência na Escola (PCE), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

As etapas da ação se deram da seguinte maneira: Inicialmente foram escolhidas 03 alunas da turma de 9º ano 02, e uma aluna da turma de 9º ano 01 para serem bolsistas do projeto e desenvolverem o trabalho junto comigo. No nosso primeiro encontro oficial, apresentei a proposta de trabalho, em conjunto fizemos as considerações que achamos necessárias e, assim, fizemos os ajustes no projeto.

Solicitei das bolsistas que fizessem uma pesquisa bibliográfica para aprofundar o conhecimento sobre patrimônio público escolar, com isso elas também assistiram vários vídeos no youtube para aprofundar ideias relacionadas ao desenvolvimento do projeto. Após essa ação, exibi para elas um vídeo sobre a conservação do patrimônio público e, após a exibição, enfatizei e exemplifiquei a respeito do tema pesquisado.

O segundo passo, foi passar para as turmas finais do ensino fundamental II um vídeo sobre a conservação do patrimônio público disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSw-JWFHuJU>. Após a exibição, foi feito um discurso de como deveríamos conservar o nosso patrimônio, no caso a escola. Enfatizei sobre a Lei Federal **2.848/1940**, que em seu Artigo 163 do Código Penal Brasileiro, diz: “destruir, inutilizar ou deteriorar o bem ou serviços da União, dos estados, ou dos municípios é considerado crime contra o patrimônio público. A Pena é detenção de um a seis meses, ou multa.” Em seguida deixei o espaço aberto para que fosse feito as observações e colocações.

Na aula seguinte, a sala foi dividida em 08 equipes, essas mesmas equipes também



utilizei para o projeto de aprendizagem cooperativa, um trabalho que realizo na escola desde o ano de 2016. Cada equipe teria que discutir e apresentar três ações para compor o acordo de convivência de cada sala, essas ações visavam aprender a conviver melhor e preservar o espaço por eles utilizado durante todo o dia. Em seguida, recolhi os papéis com as propostas de cada equipe e fui eliminando as propostas repetidas.

Em algumas turmas, após a eliminação das propostas repetidas, ainda restaram mais de 10 regras, então, foi feita uma escolha para decidirmos as regras mais relevantes. A votação se deu da seguinte maneira: para cada proposta lida, um membro da equipe que havia proposto a regra fazia um discurso sobre a importância e relevância dela, com isso nós enumerávamos a proposta para votação.

No final, foi feita uma votação com todos os membros presentes na sala, na qual eles deveriam levantar o braço aceitando ou não, cada uma proposta das propostas lidas. Assim, decidimos as dez propostas mais importantes que deveriam constar no acordo de convivência de cada sala. Após a escolha, as propostas foram digitadas em uma folha A4, colhida a assinatura no verso da folha de cada um dos membros da sala que assumiam o compromisso de cumprir o que ali estava escrito, depois o documento foi emplastificado e fixado acima do quadro de cada sala, para que eles pudessem sempre ver e lembrar o que foi acordado com a turma.

Na hora da assinatura, teve um ou dois alunos que não quiseram assinar, porém diziam que ia cumprir o que havia sido acordado. Nessa hora foram questionados pelos outros colegas: se você irá cumprir, então o que te impede de assinar? Você assinando está se comprometendo com o acordo, e assim teremos como te cobrar, caso você não venha a cumprir uma das regras. Depois desse momento de questionamento e reflexão todos os alunos assinaram o documento.

Pedi para a turma que assumissem a responsabilidade na qualidade de cidadãos, pois eles, enquanto alunos dos 9º anos, eram espelhos para as turmas anteriores. Deixei claro que cada um tinha o papel de agente conservador do patrimônio público da escola, e, ao se deparar com algum aluno destruindo o patrimônio, ele tinha como dever comunicar aos professores ou pedagogos, assim como também teria o dever de orientá-lo sobre a sua conservação.

Durante a nossa rotina de encontros semanais com as bolsistas, elaboramos um *check list* para acompanhar o desenvolvimento de cada turma. Neste *check list*, continha as informações sobre limpeza e organização da sala. Ele seria preenchido semanalmente pelas orientadas cada vez que elas visitassem as salas sem dia nem horário marcada, para não causar expectativas nas turmas acompanhadas. No final a turma que tivesse menos ocorrência registrada iria ganhar uma sessão de filme no auditório da escola, com direito a pipoca. A turma vencedora foi a turma de 9º ano 02.

O terceiro passo foi explicar em cada sala como iria funcionar o projeto. Toda semana cada sala do 9º ano teria um aluno monitor, o intuito era que cada um passasse pela experiência de ser monitor e ser monitorado. Esse aluno tinha o papel de orientar e cobrar dos demais alunos o cumprimento do acordo de convivência. Ajudariam a manter a sala organizada, sem papel pelo chão, e as cadeiras enfileiradas. No caso de alguma ocorrência, este aluno iria me comunicar. Vale lembrar que em nenhum momento foi colocado algo sobre penalidade no caso de não cumprimento das regras.



Havia sido conversado com minhas orientandas sobre o uso de um colete e de um crachá com o nome do projeto para o aluno monitor da semana, o intuito era que ele ficasse em destaque. Esses acessórios foram utilizados no começo, mas, devido ao esquecimento por parte de alguns membros de trazer o colete limpo e higienizado no início de cada semana, para fazermos a troca do monitor, optamos por não mais usar o colete e apenas o crachá.

O quarto passo, seria colar cartazes com figuras e mensagens sobre a conservação do patrimônio público por toda a escola, para que toda a comunidade escolar tivesse acesso às informações. Porém, o professor de artes já havia desenvolvido uma atividade e feito essa parte.

Por último, foi colado em cada carteira uma plaquinha com o nome do aluno. Ele iria se sentar nesta carteira todos os dias e cuidar dela até o final do projeto. Era seu dever mantê-la em bom estado de conservação.

No final do projeto, fizemos o dia do conserto e limpeza, quando levei parafusos, chaves, flanelas e material de limpeza para que cada um fizesse a manutenção da sua carteira e entregássemos ela em bom estado de conservação para ser utilizada no ano seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do projeto foi conversado com alguns professores a respeito do desenvolvimento dos alunos em cada sala. Muitos afirmaram que em sua grande maioria eles mantinham o compromisso firmado entre a turma, e, quando havia alguma falha, sempre um aluno ou outro dizia: olha o nosso acordo de convivência.

Na avaliação final feita com as orientandas e os representantes de cada turma foi colocado que a maioria dos alunos se comprometeu com o trabalho e que o resultado era visível até mesmo no comportamento deles, durante as aulas de outras disciplinas.

A ação desenvolvida ao longo do projeto parece pouca, mas foi o pontapé inicial para uma nova realidade e certamente fará a diferença na vida de todos os envolvidos, pois levarão consigo ensinamentos acadêmicos e uma postura cidadã para atuar seja na vida social, intelectual ou no mundo do trabalho.

O projeto deveria ter sido continuado, porém, nos anos seguintes por problemas de saúde tive que me afastar da sala de aula por diversos períodos, interrompendo assim a continuidade da ação. Porém o retomarei assim que voltar para a sala de aula.

A experiência aqui socializada entre os leitores, visa trazer a tona a importância entre teoria e prática, evidenciando que os conhecimentos adquiridos devem sempre que possível ser associado a uma experiência, de maneira impactante, para que os discentes consigam fazer associações e assim melhorar a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dez. de 1940.** Dispõe sobre o código penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 29 de mar.



2017.

CIDADÃO. *In:* DICIO Dicionário Online de Português. [S. l., 2021]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadao/>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CÓRDULA, Eduardo B. de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio. Educação, cidadania e formação do sujeito social: um resgate dos PCN. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, Publicado em 22 de maio de 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/10/educacao-cidadania-e-formacao-do-sujeito-social-um-resgate-dos-pcn>. Acesso em: 13/03/2018.

LOPES, J.; SILVA, H. S. **Aprendizagem cooperativa na sala de aula: um guia prático para o professor.** Lisboa: LIDEL, 2009.

THIOLLENT, Michel **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1947.